



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A estratégia autogestionária em Lefebvre: possibilidades de práticas socioespaciais emancipatórias

Geraldo Magela Costa¹

Programa de Pós-graduação em Geografia - Instituto de Geociências
Universidade Federal de Minas Gerais

Cada vez que um grupo social (geralmente os trabalhadores produtivos) se recusa a aceitar passivamente suas condições de existência, de vida ou de sobrevivência, cada vez que tal grupo obriga-se não apenas a compreender, mas a dominar suas próprias condições de existência, *autogestão* está ocorrendo. Esta definição ampla, mas precisa, mostra ser a *autogestão* uma prática altamente diversificada que diz respeito tanto às empresas como às unidades territoriais, cidades e regiões (LEFEBVRE, 2009 [1979], p. 134-135, destaques do autor).

Entendemos que tal definição ampla de autogestão nos permite pensar na potência que os sujeitos relacionados a práticas e ações territoriais e urbanas têm para “dominar suas próprias condições de existência” e, conseqüentemente, contribuir com a criação de caminhos para a apropriação social do espaço urbano e a emancipação.

Há já uma gama considerável de publicações sobre experiências de um tipo de autogestão no Brasil, especialmente sobre produção de habitação de interesse social e práticas relacionadas a outras economias (economia popular e solidária), entre outras. Há ainda publicações sobre experiências de um tipo de democracia direta, como a que ocorreu com relativo sucesso no processo de instituição da ideia de reforma urbana no Brasil. As reflexões sobre o potencial do orçamento participativo enquanto autogestão expressam um exemplo disto. São reflexões imprescindíveis dentro do que podemos chamar da problemática socioespacial, que contribuem para pensar e propor soluções de problemas centrais no contexto urbano brasileiro.

Nossa proposta com esta Sessão Livre é a de contribuir para avançar nessas reflexões e proposições, entendendo a autogestão enquanto estratégia de transformação social e política como aparece em Lefebvre:

A *autogestão* pode ser apenas um elemento de uma estratégia política, mas será o elemento essencial, valorizando o resto, e sem o qual o resto nada valeria. O conceito da *autogestão*, hoje [1966], é a abertura para o possível. É tanto o caminho a seguir e o ponto final, a força que pode suportar a carga colossal que pesa sobre a sociedade, e que pode superá-la. Mostra a maneira prática de mudar a vida, que continua sendo a palavra de

¹ Apoio: CNPq – Bolsa de Produtividade em Pesquisa

ordem, o objetivo e o significado de uma revolução” (LEFEBVRE, 2009 [1966], p. 150, destaques do autor).

Há que se pensar, portanto, a estratégia da autogestão enquanto “prática de mudar a vida”, inserida em um *continuum* de práticas e ações que vão da heteronomia à autonomia (SOUZA, 2003). Um primeiro olhar, nos leva ao entendimento de que a estratégia autogestionária só teria potencial emancipatório se ocorresse em situação de ampla autonomia das práticas e ações, tanto em relação ao mercado quanto ao Estado. No entanto, entendemos que pensar em “dominar suas próprias condições de existência” pode também ocorrer em práticas heterônomas em que, por exemplo, políticas públicas em ambiente democrático promovam abertura para o uso de recursos públicos autogestionados, como em experiências observadas no Brasil, acima já mencionadas, no campo da habitação de interesse social.

A este respeito vale chamar novamente Lefebvre em passagem da coletânea de textos seus, organizada por Brenner e Elden (2009):

Uma vez apontada na base, em uma fissura, este simples embrião [autogestão] vem ameaçar o enorme edifício estatal. (...); *autogestão* tende a reorganizar o Estado em função de seu desenvolvimento, ou seja, tende para o sentido contrário ao definimento do Estado. Autogestão faz aflorar todas as contradições no interior do Estado, e notadamente a contradição suprema, que só pode ser expressa em termos gerais e filosóficos, entre a razão do Estado e a razão humana, ou seja, a liberdade (LEFEBVRE, 2009 [1966], p. 147, destaque do autor).

Podem parecer exageradas e utópicas tais afirmações. No entanto, vale lembrar o que este mesmo autor nos fala sobre o que ele considera fundamental para se pensar estratégias emancipatórias: a consciência do possível, diferente de consciência possível. Em entrevista publicada em francês em 1979 e em português um ano depois (BERNARDI, 1980), Lefebvre assim se manifesta sobre esta questão: “A consciência do possível se desloca, se desenvolve, descobre e se torna obrigatoriamente um pensamento estratégico. Enquanto que a consciência possível não é mais que uma tomada de consciência do real” (BERNARDI, 1980 [1979], p. 105).

Ou seja, ir além da consciência do real requer a introdução da noção de consciência do possível, o que certamente nos remete à noção de utopia possível. Em *Manifesto diferencialista*, Lefebvre (1972 [1970], p. 123) já nos dizia que “não existe pensamento sem utopia”. Isto também está presente em *A revolução urbana*, onde o autor formula sua imprescindível hipótese teórica sobre a possibilidade de um objeto virtual, utópico, a sociedade urbana. A este respeito ele escreve: “O conhecimento não é necessariamente cópia ou reflexo, simulacro ou simulação, de um objeto *já* real” (LEFEBVRE, 1999, p. 16, destaque do autor).

Lefebvre avança em suas reflexões para propor que “A *autogestão* deve ser estudada de duas maneiras diferentes: como meio de luta, que abre o caminho; e como meio para a reorganização da sociedade, que a transforma de baixo para cima, da vida cotidiana para o Estado” (LEFEBVRE, 2009 [1966], p. 149). E, em outro momento do texto, conclui: “O que leva à ideia de democracia direta. Mas onde e como perceber isto? É “auto-instituído”? Ela emerge de uma constituição? Ou da prática, de um modo de viver?” (LEFEBVRE, 2009 [1986], p. 305).

Mais uma vez Lefebvre nos remete à centralidade das práticas para pensarmos alternativas transformadoras. Na sempre atual *Revolução urbana* este autor nos

diz: “O conhecimento teórico pode e deve mostrar o terreno e a base sobre os quais ele se funda: uma prática social em marcha, a *prática urbana* em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ela se opoem” (LEFEBVRE, 1999, p. 28, destaque do autor).

As reflexões na Sessão Livre serão inspiradas e estarão inseridas nestas e em outras problematizações em torno dos conceitos de autogestão e de apropriação socioespacial; na busca de alternativas transformadoras em teoria e prática no campo do planejamento urbano e regional. A proposta, portanto, é a de explorar a potência transformadora de tal prática social em marcha, procurando a sua aproximação com a teoria. Assim, em primeiro lugar, busca-se explorar mais a fundo a proposta teórica Lefebvriana de estratégia autogestionária. Em segundo lugar, partindo dessas e outras obras de Lefebvre, a exemplo de *Crítica da vida cotidiana*, *O direito à cidade*, *Produção do espaço*, *Manifesto diferencialista*, *Metafilosofia*, *De l'État* entre outras, serão desenvolvidas reflexões teóricas sobre a consciência do possível, a utopia possível. Nesse processo de reflexão entram as ideias de totalidade, de autogestão e de apropriação como práticas críticas. A passagem da “era industrial” para uma “era urbana”, discutida por Lefebvre em *A revolução urbana* também requer este tipo de prática, na forma de lutas pelo “direito à cidade” e na reafirmação da autogestão. Em seguida, as reflexões procuram, por um lado, explorar práticas, autônomas e/ou heterônomas, já observadas no Brasil, buscando identificar nelas potências, enquanto estratégias autogestionárias com possibilidades emancipatórias. Por outro lado, procuram explorar outras alternativas de apropriação social, a exemplo da criação de tecnologias sociais para a captura da valorização do solo.

Com isto, esperamos contribuir para a construção de caminhos. Vale, portanto, concluir esta proposta de Sessão Livre com mais uma fala de Lefebvre sobre caminho, estratégia e autogestão:

O conceito de autogestão não fornece um modelo, não traça uma linha. Ele aponta para um caminho e, portanto, para uma estratégia. Esta estratégia deve excluir manobras e manipulações que a tornam prática ilusória (...) a estratégia deve concretizar a *autogestão* e estendê-la a todos os níveis e setores. (LEFEBVRE, 2009 [1979], p. 135, destaque do autor).

Apropriação, autogestão e empiria

Rita Velloso²
NPGAU – Escola de Arquitetura
Universidade Federal de Minas Gerais

Ao escrever o terceiro volume de sua *Crítica da Vida Cotidiana*, que data de 1981, Lefebvre dedica uma parte substantiva de sua argumentação ao que denomina “as descontinuidades do século XX”, mostrando que essas são resultados de transformações decisivas; e, como tal, redundam em novas possibilidades de ação e conhecimento. Toda descontinuidade, para o autor, exige uma práxis transformada.

² Apoios: CNPq - Bolsa de Produtividade em Pesquisa e Fapemig - Demanda Universal (APQ-03199-18)

Essa me parece ser uma tese forte no programa lefebvriano de uma crítica radical do cotidiano, que tanto demnada uma demonstração minuciosa quanto tem implicações importantes para o projeto teórico filosófico de Henri Lefebvre.

O presente trabalho expõe os passos dessa demonstração e discute um seu ponto de chegada, a saber, a construção dos conceitos de *apropriação* e *autogestão* no contexto de uma *filosofia prática*.

Num primeiro momento, apresento a análise que Lefebvre faz de três fenômenos de *descontinuidade, a saber, segregação, desigualdade e burocracia estatal* em correlação a três conceitos, respectivamente: *fragmentação, homogeneização e hierarquização*. A partir dessa analítica o autor chega à postulação da *totalidade como horizonte de possibilidade da experiência e da vida urbanas*.

Num segundo momento, discuto a reivindicação lefebvriana de que, se configuradas desde a idéia de totalidade, a autogestão e a apropriação são práticas críticas. Ambas, se entendidas como experiências inscritas em determinações e contextos concretos, delimitam uma empiria que exige cuidado e atenção ao detalhe das coisas, dos lugares urbanos, das relações intersubjetivas, das configurações sociais.

No momento final do trabalho, apresento a conclusão lefebvriana de que, na medida em que realizam a crítica da alienação a que o cotidiano está diuturnamente submetido, autogestão e apropriação são práxis que se efetivam como estratégias de resistência e combate aos modos capitalistas de produção do espaço; são, afinal, estratégias de conhecimento e ação políticas.

Do urbano-industrial ao urbano-natural: por novos conceitos e paradigmas

Roberto Luis de Melo Monte-Mór³
Cedeplar – Faculdade de Economia
NPGAU – Escola de Arquitetura
Universidade Federal de Minas Gerais

Estamos carentes de palavras, de conceitos, de referências claras – como cartesianamente gostaríamos – para expressar os acontecimentos, os processos políticos e socioespaciais, as transformações complexas, impermanentes e imprevisíveis que marcam nosso cotidiano atual. Conceitos como ‘liberdade, igualdade e fraternidade’ já não resistem às nossas críticas descolonizadoras. Autogestão, diversidade e solidariedade talvez sejam ideias mais contemporâneas. Isso significaria que estamos vivenciando tempos/espços transformadores, distintos daqueles que concebemos, produzimos e vivenciamos no século passado, este por sua vez baseado no anterior, no dezenove? Temos dois séculos de dominância do capitalismo industrial e outros mais das ideias e conceitos que emergiram com a modernidade, com o colonialismo e o capitalismo mercantil.

Entendo que Lefebvre chama o período de consolidação do capitalismo de “*era industrial*”. Caracteriza-se, entre outras coisas, pelo foco na produção, e assim, nas relações entre capital e trabalho nos próprios aparatos produtivos. A consciência de classe e do caráter explorador dessas relações estava

³ Apoio: CNPq – Bolsa de Produtividade em Pesquisa

principalmente nas unidades de produção industrial. A “*era urbana*” que se seguiria, no entender de Lefebvre, estaria nascendo como virtualidade na segunda metade do século vinte. A “*revolução urbana*”, anunciada a partir de uma práxis urbana nascente sob o foco do industrialismo, isto é, de uma prática política focada nos espaços de vida, nos espaços cotidianos da reprodução coletiva, nas lutas pelo “*direito à cidade*” e na reafirmação da autogestão está, na melhor hipótese, em processo de construção socioespacial e política.

Esta “*era urbana*”, que pressupõe autogestão, encontro com as diversidades e práticas colaborativas e de solidariedade tem agora que considerar um novo elemento que modifica radicalmente sua equação: a natureza, para além da própria ecologia, com a espiritualidade que lhe é inerente. O *oikos*, a morada coletiva, os espaços de vida, ganharam dimensão planetária. É o próprio planeta que tem que ser cuidado, e este é nosso *oikos* contemporâneo. Se ele está virtualmente urbanizado, ainda que retenha práticas rurais superando a velha dicotomia campo-cidade, está também sendo reconstruído a partir de novas relações com a natureza.

Essas novas relações, às quais alguns se referem como cosmopolíticas, superando a dicotomia entre o humano e o não-humano, parecem nos obrigar a rever nossas ideias modernas e capitalistas em busca de novas ideias, expressões e conceitos. Nesse sentido, proponho a discussão da emergência de um tecido urbano-natural, próprio da era urbana (e natural) que se sobreporia dialeticamente ao tecido urbano-industrial herdado da era industrial. As formas como este tecido urbano-natural vem se apresentando no atual mundo globalizado, das áreas metropolitanas à floresta amazônica urbanizada, são muitas e necessitam ser identificadas, visibilizadas e discutidas se pretendemos caminhar em direção a uma revolução urbana consequente e consentânea com os grandes problemas e ameaças que hoje vivenciamos.

Construção dos espaços de vida e processos autogestionários: revisitando experiências, suas trajetórias e possibilidades de transformações

Heloisa Soares de Moura Costa⁴

Programa de Pós-graduação em Geografia – Instituto de Geociências
Universidade Federal de Minas Gerais

Partindo de uma das premissas que orientam a presente Sessão Livre, segundo a qual haveriam duas maneiras de se estudar a autogestão: “como meio de luta, que abre o caminho; e como meio para a reorganização da sociedade, que a transforma de baixo para cima, da vida cotidiana para o Estado”, esta contribuição se propõe a visitar algumas experiências que apontaram caminhos para a autogestão, inicialmente a partir de perspectivas que podemos chamar de heroicas e que paulatinamente foram perdendo o ímpeto inicial, especialmente aquelas relacionadas ao acesso à habitação (e idealmente ao habitar) via autogestão e os orçamentos participativos municipais. Seria possível resgatar sua radicalidade original face aos desafios do momento atual em que se vislumbram novas possibilidades de transformação?

⁴ Apoio: CNPq – Bolsa de Produtividade em Pesquisa

São muitas as experiências brasileiras autogestionárias associadas à moradia – de espaços privados da habitação propriamente dita, de espaços e equipamentos coletivos, de infraestrutura, de ocupações de edificações existentes, de hortas comunitárias, de ocupações organizadas de terras, entre outras, associadas a políticas públicas e/ou de movimentos sociais que priorizaram tais ações. Igualmente já são muitas as avaliações críticas de tais processos, algumas resgatando trajetórias, outras avaliando casos específicos.

As experiências de Orçamentos Participativos talvez não sejam tantas, mas são significativas e têm como especificidade estarem necessariamente atreladas a políticas públicas, o que em princípio aponta para possibilidades de transformação do Estado e seus processos decisórios por dentro. Sua trajetória aponta em muitos casos um movimento que vai de experiências de enraizamento local centrado nas necessidades e demandas do cotidiano a processos aparentes de legitimação de decisões por meio digital, muitas delas sem o aprendizado social implícito nas concepções originais. Além disso, a proposta de OP ganhou visibilidade internacional por inúmeras razões, sendo inclusive adotada em outras sociedades

Apropriação social e espacial do adensamento e diversificação do uso urbano

Harley Silva⁵

Programa de Pós-graduação em Economia – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Pará

Essa comunicação parte, por um lado, do reconhecimento das estratégias autogestionárias, nos termos postos por Henri Lefebvre, como essenciais para o processo de apropriação social e espacial. Integram tais estratégias, práticas urbanas observadas no contexto urbano brasileiro, como aquelas da economia popular. Por outro lado, entende-se que, no entanto, mesmo elas sendo necessárias, são insuficientes, enquanto práticas potencialmente capazes de contribuir para o processo de apropriação social e espacial do espaço urbano.

Diante disso, essa comunicação discute o caráter social da valorização do solo urbano através dos fenômenos coletivamente produzidos do adensamento e diversificação do seu uso. As vertentes predominantes da discussão sobre a apropriação social desta valorização são feitas considerando o protagonismo do Estado como agente privilegiado do processo. Nossa proposta é discutir como a disputa pela apropriação de excedentes econômicos gerados por centralidades urbanas é afetada pela capacidade compreender processos de adensamento e diversificação do uso do solo e atuar deliberadamente sobre eles.

Essa atuação tem como ponto de partida o fato de se *tirar consequências práticas* deste bem conhecido *caráter social da valorização do solo*. Sabendo-se que é *esperada* a formação de demanda coletiva por tornar mais densas e mais diversas as formas de uso do solo em uma dada localização e coletividade, como dirigir (ainda que relativamente) a trajetória e as condições institucionais deste processo de modo a ampliar a apropriação social coletiva dos excedentes

⁵ Apoio institucional: CAPES (PROCAD) - Economia e Cultura dos Comuns

gerados pelo processo? Essa perspectiva teria a vantagem de tornar a captura social da valorização do solo não um processo *a posteriori*, com características de comando e controle, e sim uma tecnologia social de criação de recursos à disposição da coletividade que, por meio da prática, poderiam contribuir para a apropriação social do espaço urbano.

Referências

BERNARDI, Bruno. Henri Lefebvre: uma vida dedicada a pensar e a teorizar sobre a luta de classes. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. III, N. 21, 1980, pp. 87 – 108.

BRENNER, Neil; ELDEN, Stuart (eds). **State, space, world: selected essays by Henri Lefebvre**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **El manifiesto diferencialista**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1972 [1970].

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. Comments on a new State form (1979). In: BRENNER, Neil; ELDEN, Stuart (eds). **State, space, world: selected essays by Henri Lefebvre**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009, pp. 124 – 137.

LEFEBVRE, Henri. Theoretical problems of autogestion (1966). In: BRENNER, Neil; ELDEN, Stuart (eds). **State, space, world: selected essays by Henri Lefebvre**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009, pp. 138 – 152.

LEFEBVRE, Henri. Revolutions (1986). In: BRENNER, Neil; ELDEN, Stuart (eds). **State, space, world: selected essays by Henri Lefebvre**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009, pp. 290 – 306.

SOUZA, Marcelo Lopes de. 2003. **Mudar a cidade** – uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.